PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Despacho n.º 659/2008 de 18 de Julho de 2008

Considerando os objectivos do Governo Regional de prosseguir as intervenções que visam a defesa e valorização do património arquitectónico e cultural da Região, e a necessidade de realização de obras de adaptação da Casa Pimentel Mesquita, com vista à sua afectação a Biblioteca Municipal de Santa Cruz das Flores, foi a Direcção Regional da Cultura autorizada a lançar um concurso público com vista à adjudicação da empreitada de “Ampliação e Adaptação da Casa Pimentel Mesquita a Biblioteca Pública”, por meu despacho datado de 3 de Outubro de 2006, publicado no Jornal Oficial, n.º 43, II Série, de 24 de Outubro de 2006, sob o n.º 1053/2006;

Considerando que após conclusão dos procedimentos administrativos de avaliação das propostas, a empreitada em apreço foi adjudicada à empresa Castanheira & Soares, Lda., pelo valor de € 468.091,47 (quatrocentos e sessenta e oito mil, noventa e um euros e quarenta e sete cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, e com um prazo de execução de 240 dias, por meu despacho datado de 31 de Janeiro de 2007.

Considerando que se encontra a decorrer a execução da empreitada e por se verificar a necessidade e oportunidade de considerar no âmbito desta, um conjunto de trabalhos a mais, a menos e outros não previstos, resultantes, por um lado, de situações imprevistas, detectadas com o decorrer dos trabalhos, e por outro lado, de alterações sugeridas pelo projectista e aceites pelo dono da obra.

Considerando as justificações, motivos e razões que enquadram a preparação deste segundo adicional, cujos objectivos visam a qualidade final da intervenção e a minimizando dos recursos financeiros afectos à presente empreitada.

Considerando, com base na informação prestada pela fiscalização da obra que o custo total para esta relação de trabalhos corresponde ao valor de € 4.440,65 (quatro mil, quatrocentos e quarenta euros e sessenta e cinco cêntimos), o que equivale a uma percentagem adicional de cerca de 0,949% do valor da adjudicação inicial da empreitada.

Considerando, desta forma, que o valor acumulado dos trabalhos a mais, não ultrapassa o limite quantitativo previsto no n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março;

Considerando que a despesa encontra-se prevista no Orçamento da Região Autónoma dos Açores, inscrita no Capítulo 40 – Despesas do Plano, Programa 4, Projecto 4.2, Acção – Museus, Bibliotecas e Arquivos.

Assim, no uso das competências conferidas pelas alíneas b) e z) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 6, do artigo 5.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, ambos do Decreto Regulamentar Regional n.º 38-A/2004/A, de 11 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 19/2006/A, de 5 de Junho, em conjugação com as disposições da alínea d) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2007/A, de 27 de Dezembro, da alínea d) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2008/A, de 28 de Janeiro, dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, dos artigos 4.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e do n.º 1 e 7 do artigo 26.º, dos artigos 116.º a 120.º, todos do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, determino o seguinte:

1. Autorizar a realização dos trabalhos a mais, a menos e não previstos no montante de global de € 4.440,65 65 (quatro mil, quatrocentos e quarenta euros e sessenta e cinco

cêntimos), acrescidos de IVA, no âmbito da empreitada de Ampliação e Adaptação da Casa Pimentel Mesquita a Biblioteca Pública de Santa Cruz das Flores.

2. Delegar no Director Regional da Cultura, as competências para autorizar a correspondente despesa, a qual deverá ser suportada por conta das dotações inscritas no Capítulo 40 – Despesas do Plano, Programa 4, Projecto 4.2, Acção - Museus, Bibliotecas e Arquivos, do Orçamento da Região.

3. Delegar no Director Regional da Cultura competências para aprovar a minuta do contrato a celebrar, autorizar a sua celebração, e para outorgar no mesmo em nome e representação da Região, bem como, para praticar todos os actos subsequentes que, nos termos da lei, sejam cometidos à entidade adjudicante.

4. O presente despacho produz efeitos imediatos.

21 de Abril de 2008. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.